



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 9 DE MAIO
DE 2019**

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Maria Helena Simões da Rocha Soares e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

.....
Não esteve presente a Vereadora Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, estando a mesma ausente do País, em representação do Município, como oradora no 2.º Fórum Gramado de Estudos Turísticos. A falta foi considerada justificada.

Notificados os elementos seguintes da Lista do CDS-PP à eleição para os órgãos das Autarquias Locais (eleição para a Câmara Municipal) João Carlos Pinto Martins e Tiago Manuel Borges Matias, os mesmos comunicaram que, por razões pessoais, não poderiam estar presentes, tendo, por conseguinte, sido notificado o elemento seguinte.

Nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, compareceu Jéssica Iolanda Amorim Lourenço.

Tendo sido verificada a respetiva identidade e legitimidade, passou a mesma a participar na presente reunião.....

.....
Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Presidente da Câmara**, reportando-se ao MOB e à hipotética receita, que será entregue aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, informou que os valores viriam a este órgão, assim que estivessem devidamente apurados.....

O **Vereador Fernando Silva**, referindo-se à estrada que liga a freguesia de Oiã à Freguesia da Palhaça, questionou como é que iria ficar a questão das entradas das casas, porque do que se verifica, a última camada de desgaste estava aplicada e o que estava a ser feito e se era para ficar como estava, era uma vergonha porque os carros que sejam mais baixos não conseguem entrar nas suas casas sem roçar. Disse também ter verificado a colocação de sargetas em frente a um portão existindo outras soluções.

Afirmou que tinha ficado desiludido, quando tinha lido que o Presidente da Câmara é que estava a acompanhar a obra, o que para si não era correto, porque o Presidente da Câmara tem tarefas muito mais importantes do que andar a fiscalizar obras, achando ser um mau presságio.

Relativamente à comunicação, disse que tinha sido comunicado pelo Chefe de Gabinete que tinha ido a Bruxelas, arranjar apoios para Oliveira do Bairro, questionou se a viagem tinha sido paga pelo Município, se há um relatório da visita a dizer que apoios é que se tinham conseguido angariar.....

Lembrou que já tinha sido criticado, no presente órgão, por ter feito uma intervenção no Facebook e o Presidente da Câmara como líder do Município, deveria exigir de todos os colaboradores, que tivessem atenção sobre aquilo que publicam, mesmo nas suas páginas pessoais, porque representam o Município nas comunicações que fazem.

O **Vereador António Mota**, referindo-se à Rua de Santo António, aconselhou o Presidente da Câmara a retirar tudo o que tinha sido feito, porque deve ter havido um erro de cotas, ou da colocação dos lancis, mas o trabalho que estava feito era uma vergonha. Alertou também para que quando chovesse fosse ao local e verificasse as poças de água existentes nos estacionamento.....

Referiu que o Presidente da Câmara podia ir à obra as vezes que entendesse, mas os técnicos é que têm que saber o trabalho que está a ser realizado e de que forma e não deixar que erros do género aconteçam. Acrescentou que também pode ter acontecido e que se calhar era o mais certo, “o barato sai caro”.

Disse ainda que o Presidente da Câmara não podia ser identificado com a obra, devendo evitar essas situações, porque agora estava conotado com a obra que afinal não ficou em condições e envergonha o Executivo Municipal e os técnicos da Câmara Municipal, que deixaram passar todas aquelas falhas. Reportando-se à última Assembleia Municipal e dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que por vezes ouvir algumas intervenções se ficava com a alma cheia, mas a nível institucional disse que se deveria ter algum cuidado quando se faz referencia a outros Executivos, a colegas de outras Câmaras e especialmente quando se envolvem questões dos funcionários ligados à gestão. Acrescentou que sabia que existiam alguns problemas para resolver, sugerindo que numa reunião privada, fossem



Oliveira do Bairro câmara municipal

chamados os técnicos e se diga o que se tem a dizer, esclarecendo os Vereadores e o Presidente evitando o que tinha acontecido na última Assembleia Municipal.....

O **Presidente da Câmara**, no que respeita à Rua de Santo António e à colocação das sargetas, disse que quando chegou ao Executivo a obra estava já em andamento, as grelhas das sargetas estavam já colocadas. Tinha sido solicitado aos técnicos que corrigissem as situações, de forma a minimizar as questões das entradas, quer das próprias grelhas sendo isso que se estava a desenvolver de forma a que a obra fique o mais adequada possível.

O facto de aparecer ou não em obra, disse que tem o seu estilo próprio, a sua maneira de ser e gosta de acompanhar, uma vez que tem o pelouro das obras municipais, não obstante de os técnicos acompanharem a obra todos os dias.

No que respeita à comunicação, disse que o Chefe de Gabinete, tem direito a férias, gozou as mesmas nos dias que entendeu e não tinha mais nada a dizer sobre o assunto, porque não o tinha incumbido de mais nada e o que está publicado nas páginas pessoais de cada um é pessoal e não deve ser escrutinado pelo presente órgão.....

Reportando-se à última Assembleia Municipal, disse que iria sempre pautar pela verdade das situações, sendo óbvio que dia após dia, vão aparecendo contratos assinados, mas as pessoas não os trazem à Câmara, há situações cabimentadas, mas não há faturação, há processos que os serviços não sabem onde estão, não querendo desprestigiar os serviços, mas sempre que acontecer vai referi-las. Acrescentou que houve já situações que se foram esclarecendo

Todas as outras situações, referidas pelo Vereador António Mota, disse que todas as situações que lhe chegam às mãos, manda investigar para depois ter o devido encaminhamento.

O **Vereador António Mota**, disse que o Presidente tinha razão quando referiu que a Rua de Santo António tinha sido uma obra que tinha apanhado, quando chegou, mas agora solicitar aos técnicos, depois da obra concluída, para refazerem a situação não lhe parecia bem, quando tinha havido muito tempo para refazer a situação, antes da obra terminada. Acrescentou que o projeto tinha sido feito pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal, no que respeita a todas as todas as especialidades da obra.

O **Vereador Fernando Silva**, disse não ter sido devidamente esclarecido, quanto à Rua de Santo António, nomeadamente sobre os remendos que estavam a fazer em frente às entradas, com material betuminoso, questionando se o que estava era a configuração definitiva do arruamento ou não.....

Referiu que independentemente da resposta que iria obter, na sua opinião o que está feito tem que ser corrigido seja em que fase a obra esteja.

Sobre a informação no facebook, o Presidente disse que o que era pessoal, era pessoal, mas discordava com essa opinião, porque a entidade empregadora dessa pessoa, era mencionada num post privado. Acrescentou que não permitia a um funcionário seu, que colocasse uma publicação a



Oliveira do Bairro câmara municipal

dizer que ia a qualquer lado buscar dinheiro para a empresa, mesmo que isso acontecesse durante as férias do funcionário.

Disse que havia regras de comportamento que deveriam ser exigidas a todos, sendo essa a sua opinião e a sua maneira de ver as coisas.

O **Presidente da Câmara**, relativamente às entradas, solicitou que os munícipes que se sintam lesados entrem em contacto com a Eng.^a Patrícia Cunha, para que as situações sejam regularizadas. Esclareceu que na execução da obra, tinham sido testadas as entradas e não se verificou que os carros roçassem nem a entrar nem a sair, de qualquer forma foi solicitado aos técnicos que tentassem minimizar as dificuldades dos moradores, nessas situações. Informou que as pavimentações ainda não estavam concluídas.

No que diz respeito às questões pessoais, era uma questão de opinião.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2019

Por não terem estado presentes na Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de março de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação as Vereadoras Helena Soares e Jéssica Lourenço.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de março de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de março de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL (2.º SEMESTRE DE 2018).

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do Relatório do Auditor Externo sobre a Informação Económica, Financeira e Patrimonial (2.º Semestre de 2018).

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 71 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DECRETO-LEI N.º 21/2019 [EDUCAÇÃO] – PRONÚNCIA NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 69.º E DO ARTIGO 50.º AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 21/2019

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o



Oliveira do Bairro câmara municipal

assunto, e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, deu nota que tinha estado com a Vereadora Lília Ana Águas em reunião com a Secretária de Estado, no passado dia 30 de abril, sobre a temática do presente ponto.

Sobre os custos inerentes à Educação e ao Contrato Administrativo, questão levantada pelo Vereador Fernando Silva, tendo sido indicados os valores que a Câmara tinha em Reunião de Câmara, estando agora também transposto, no mapa em anexo à informação, qual era a proposta do Ministério da Educação para a delegação de competências e onde facilmente se poderia verificar o que existe atualmente e qual é a proposta futura.

Ressalvou que não estavam incluídos os custos decorrentes da abertura da Extensão Frei Gil, nomeadamente as rendas que tem um valor de cento e sessenta e dois mil euros.

Sobre a reunião propriamente dita, referiu que tinham sido levantadas algumas questões provenientes de Reuniões de Câmara assim como da Assembleia Municipal, assim sobre a cantina e as refeições, uma vez que existem acordos celebrados entre a Tutela e fornecedores, até ao final dos acordos, a responsabilidade não seria passada para os Municípios, sendo depois descurada nos valores.

No que respeita às despesas tidas, as mesmas foram demonstradas as quais, a Secretária de Estado desconhecia, os valores foram deixados lá, tendo-se também comprometido a enviar o mapa de valores enviado pela Tutela para que a Secretária de Estados e os elementos que compõem a sua secretaria de estado, possam analisar concretamente e até mesmo ajustar, que foi isso que lhe tinha sido transmitido.

Disse que também questionaram relativamente às rubricas que ficavam a zero, como era o caso dos transportes de alunos com necessidades de educação especial e as bolsas de mérito.

Relativamente às transferências correntes, que era onde existia a maior discrepância, face ao contrato interadministrativo, também fizeram sentir aquilo que se passava, estando incluídos os transportes, a água, a eletricidade, entre outras despesas.

Sobre as instalações, o contrato interadministrativo, pressuponha que mediante transferência financeira, fosse recuperado, ou a própria Tutela viesse a recuperar as Escolas, mediante protocolo ou mediante disponibilidade financeira da Tutela, sendo uma das grandes preocupações foi também apresentada a questão à Secretária de Estado, para que indicasse quando é que a Tutela iria assumir a recuperação. Acrescentou que era do conhecimento que a descentralização de competências na área da Educação, não pressupunha a passagem de imóveis enquanto os mesmos não fossem recuperados, ou não tivessem verba para a sua recuperação, mas era o assunto que preocupava porque a Escola Secundária necessita de uma manutenção muito grande, não se tornando atrativa para os jovens que procuram escolas modernas e com melhores condições.

Foi-lhes informado que a Educação, nomeadamente na Região de Aveiro era uma das grandes apostas, sendo que uma das recomendações que foi efetuada para a Região, era a recuperação da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Escola Secundária de Oliveira do Bairro.

Afirmou que aquilo que propunha, era que o presente órgão se pronuncie, no sentido de que sejam revistos os valores apresentados no anexo de forma a serem ajustados à realidade atual do Município.

O **Vereador Fernando Silva**, disse concordar com a proposta feita pelo Executivo, no entanto tentaria que a questão da Escola Secundária, ficasse bem definido o compromisso de que seja o Ministério a assumir as obras, e na proposta final deve constar muito bem essa questão.

Sugeriu que se tentasse que aos custos com a Extensão Frei Gil, também fossem incluídos nas despesas. O Presidente estava a assumir que os custos com a referida escola eram assumidos pela Câmara Municipal e que o Ministério não tem que fazer qualquer contribuição, nomeadamente com a renda das instalações, mas na sua opinião dever-se-ia tentar que o Ministério também assumisse esses custos.

Deu nota que na ata que se tinha acabado de aprovar, estava dito pelo Presidente da Câmara que o relatório da educação, viria à Reunião de Câmara quando viesse o processo de descentralização. Questionou quando é que viria esse relatório, uma vez que se estava a tratar do processo de descentralização, sabendo que tinham sido dados alguns valores, mas eram valores de alíneas específicas.

O **Vereador António Mota**, questionou relativamente aos prazos.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que, após várias dúvidas suscitadas sobre os prazos, a DGAL transmitiu que seria em finais de junho. Foi comunicada a verba tendo a Câmara Municipal trinta dias para se pronunciar, estando dentro do prazo, depois a secretaria de estado tem que analisar os valores que forem enviados pela Câmara e dar uma resposta, sendo que a decisão final era até trinta de junho.

O **Vereador António Mota**, referiu que do que tinha ouvido do Presidente da Câmara, tinha sido apresentado, à Secretária de Estado o valor de cento e sessenta mil euros, gastos na escola a poente, assumidos pela Câmara. Questionou qual tinha sido a reação da mesma perante o valor apresentado. Relativamente à questão da Escola Secundária, não havia dúvidas que com o avançar dos anos os custos de manutenção e reparação aumentam, devendo haver um compromisso muito claro relativamente à requalificação do edifício.

Sobre os custos apresentados, disse que tem que haver uma aproximação maior dos mesmos, de forma a que o gestor consiga fazer um orçamento digno.

Informou que perante o diferencial de valores apresentado, o PSD iria manter a sua votação nestes assuntos, de abstenção, enquanto não houver nada em concreto e muito bem definido.

O **Presidente da Câmara**, no que respeita às negociações tidas com a Secretária de Estado, em fevereiro de 2018, aquando da abertura da escola a poente, a mesma tinha sido explícita, quando deu autorização ao Município para avançar com a abertura, tendo dito que no âmbito do contrato



Oliveira do Bairro câmara municipal

interadministrativo, o Município é que fazia a gestão das instalações que pretende ter para os seus alunos e como tal, assumia o que quisesse assumir fazendo a sua gestão. Lembrou que uma das razões apresentadas à Secretária de Estado, para a necessidade de abertura da escola a poente, foi a deslocação de muitos alunos de poente para nascente e o que isso comportava, em custos de transportes, entres outros encargos acrescidos para as famílias. Foi-lhe também dado a conhecer os valores, ainda não estava negociado o valor da renda do edifício, mas nesta última reunião já foram transmitidos os valores globais e foi alertada que os custos tinham um desvio muito grande, havendo necessidade de compensação face ao contrato interadministrativo em vigor.

A Secretária de Estado foi dizendo que havia determinadas opções políticas, que a Tutela não estava disponível para pagar, mas está-se na fase inicial da negociação, vão ser apresentados os valores para que possam analisar.

Relativamente à Escola Secundária, disse que foi tudo explicado à Secretária de Estado, que havia a necessidade urgente da reabilitação da Escola, porque os custos com a manutenção da mesma estavam a disparar e corria-se o risco de se perder alunos para o Município vizinho que tem uma escola nova. A Secretária de Estado não avançou com uma data para definir os valores do investimento, mas que durante o mês de maio o Município teria notícias sobre o assunto.

Sobre o relatório, disse que o mapa em anexo à informação era bastante explícito quanto às despesas e receitas obtidas com o contrato interadministrativo, mas se assim fosse pretendido, poderá ser ainda mais discriminado.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que o mapa apresentado era um sumário, de algumas verbas que eram coincidentes com o contrato de intermunicipalização e daí ter solicitado o relatório para perceber quais os pressupostos para se chegar aos resultados apresentados.

O **Presidente da Câmara**, afirmou que na próxima reunião de Câmara que for discutido o assunto, será fornecido o relatório mais detalhado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria, com a abstenção dos Vereadores António Mota e Helena Soares, emitir pronúncia nos termos aduzidos na Informação/Proposta n.º 71 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 6 de maio de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e informar os membros do Governo da área da Educação, Orçamento e Autarquias Locais, nos termos e para os efeitos do artigo 69.º e do artigo 50.º ambos do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – PARCERIA AMBIENTAL ECOEVENTOS ENTRE O MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ERSUC, S.A. ..
Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, deu nota que o ponto da ordem de trabalhos se tratava de um protocolo a assinar com a ERSUC, para a recolha de resíduos seletivos, da Festa da Criança, semelhante ao que já tinha sido realizado, para o evento Expo Bairrada, com o intuito de se criar hábitos de reciclagem por parte das crianças e jovens.

O **Vereador António Mota**, questionou se a ERSUC não tinha nenhuma candidatura em termos comunitários, para satisfação de iniciativas do género, dos Municípios onde estão associados.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou porque não se fazia protocolos do género em todos os eventos. Apresentou uma proposta que aplicava os critérios para todos os eventos do Concelho, que cumpram os pré-requisitos expostos, dando o exemplo da Feira da Palhaça.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que os protocolos eram negociados pontualmente com a ERSUC e não tinha conhecimento que a empresa faça protocolos com feiras periódicas e mercados com outros Municípios, por isso também não acreditava que o fizessem com o Município de Oliveira do Bairro.

Relativamente à questão do Vereador António Mota, disse que não conhecia nenhuma candidatura que a empresa tenha em termos comunitários.

O **Vereador António Mota**, referiu que a proposta do Vereador Fernando Silva tinha toda a lógica, porque todos os eventos realizados em Oliveira do Bairro, têm sempre para cima de quinhentas pessoas.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que independentemente da opinião do Vice-Presidente, gostaria que a sua proposta ficasse registada em ata, para que as Feiras realizadas no Município fossem assumidas e propostas à ERSUC.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a parceria ambiental EcoEventos entre o Município de Oliveira do Bairro e a ERSUC, S.A., nos termos exarados na informação n.º 25/2019 prestada pelo Vice-Presidente da Câmara, datada de 3 de maio de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO N.º 26/2019 PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO DE BICICLETAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, deu nota que se trata de uma proposta de Regulamento sobre a utilização de bicicletas de Oliveira do Bairro, sabendo-se que o Município pretendia iniciar a utilização de bicicletas públicas, por parte dos munícipes, numa fase inicial na cidade de Oliveira do Bairro, como forma de mobilidade barata, ecológica e saudável.

Depois da deliberação no presente órgão, seguirá para consulta pública e posteriormente ser



Oliveira do Bairro câmara municipal

aprovado em Assembleia Municipal.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que na sua opinião faltava um artigo no Regulamento, sobre os pagamentos para a utilização das bicicletas.

Solicitou que fosse assegurada a questão da responsabilidade dos seguros. Disse que gostaria de ver um parecer da companhia de seguros da Câmara Municipal, a acompanhar a proposta de Regulamento, para expressamente dizer aquilo que fica coberto pelo seguro.

Referiu que, ainda que fossem só seis bicicletas, colocadas em três pontos distintos, na sua opinião não havia condições de segurança para as pessoas se deslocarem neste meio de transporte, no centro de Oliveira do Bairro, porque não havia ciclovias, achando que o caminho se estava a fazer ao contrário. Sugeriu que se pintasse uma faixa para ciclistas e se houver um acidente a questão será levantada pelas companhias de seguros.

O **Vereador António Mota**, disse que a questão dos seguros era muito importante, porque os principais utilizadores das bicicletas, os jovens, gostam de fazer brincadeiras que por vezes podem danificar as mesmas e por isso a questão do seguro era pertinente.

Em relação ao número de bicicletas, acha reduzido, sendo um projeto participado, questionou qual era a totalidade da participação e qual o motivo de não serem mais bicicletas.

Questionou também como é que iria ser feita a proteção dos veículos, se iriam ficar sujeitas às condições climáticas de forma a terem as condições dignas de circulação.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente às questões levantadas pelo Vereador Fernando Silva, esclareceu que os cartões seriam adquiridos no Balcão de Atendimento Integrado, e também foi ponderada a aquisição de uma aplicação informática, mas tudo a seu tempo, até porque havia prazos a cumprir, por ser uma candidatura e as opções têm que ser feitas de forma a conseguir-se cumprir o prazo estabelecido.

Informou que a companhia de seguros da Câmara Municipal tinha sido consultada, relativamente ao assunto, achando por isso que se estava a dar passos seguros sobre a matéria.

No que respeito ao número de bicicletas, referiu que tinha sido uma opção orçamental, porque as mesmas têm custos, mas para já iria começar-se com cinco. No futuro a ideia é aumentar o número de bicicletas, colocá-las nas vilas do Concelho, mas pretende começar devagar.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a candidatura previa o número de bicicletas e a intervenção no mercado, contudo caberá sempre ao Município a possibilidade de adquirir mais bicicletas e estende-las a outros pontos do Concelho, mas as que estão a deliberar são só as que estão incluídas na candidatura.

O **Vereador António Mota**, voltou a questionar qual tinha sido o custo e qual tinha sido a participação.

Referiu que uma pessoa que adquira o cartão mensal, pode correr o risco de nunca ter bicicleta



Oliveira do Bairro câmara municipal

disponível pelo facto de serem em número reduzido e as reclamações poderão começar a surgir.....

O **Vereador Fernando Silva**, disse que o seu pensamento era diferente, porque ao começar-se um projeto deve começar-se com o melhor e criar condições para que isso aconteça, devendo fazer-se propostas arrojadas caso acreditem mesmo no projeto. Devia também ser uma opção política, mas não o era.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que estava para vir outra candidatura, onde se iria tentar adquirir mais bicicletas e em função da procura terá que se repensar o número de bicicletas.

Sobre a questão da aposta política disse que também acreditava em muitas coisas que gostava de ter em Oliveira do Bairro, mas também é necessário ter orçamento para as ter, preferindo dar passos seguros e fazer opções dentro das limitações orçamentais existentes.

Quanto aos valores, referiu que cada bicicleta ficará em cerca de mil e seiscentos euros cada bicicleta.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou que tinha questionado sobre as ciclovias e não tinha obtido resposta.

O **Presidente da Câmara**, informou que infelizmente tinha tido a notícia de que Oliveira do Bairro é dos Municípios da CIRA que tem o menor número de metros em ciclovias. Referiu que a aposta nas ciclovias, é a elevação das mesmas, conforme se verifica na Alameda, sendo que atualmente a aposta, nos sítios em que seja possível, é transformar num misto só com marcação rodoviária e que será avançado com os novos projetos das PARUs.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que no ano anterior tinha estado em Amsterdão e tinha ficado impressionado da forma como tantas bicicletas circulavam no meio do trânsito e foi-lhe informado que era raro acontecer um acidente que envolvesse bicicletas. Referiu que as pessoas devem circular com o devido cuidado, acreditando que não haverá problemas de maior.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Utilização de Bicicletas de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação prestada pelo Vereador do Pelouro, datada de 3 de maio de 2019;

2.º - Alcançado tal desiderato, deverá o mesmo projeto de regulamento ser submetido a consulta pública de acordo com o estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do CPA, procedendo para o efeito, à sua publicação em Diário da República e no site Institucional da Câmara Municipal na internet, para que os interessados possam apresentar por escrito as suas sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação do projeto de regulamento;

3.º - Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;



Oliveira do Bairro câmara municipal

4.º - Registando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento;

5.º - Uma vez concluída a elaboração da proposta regulamentar, a mesma deverá ser submetida à Aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 107/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – VALOR GLOBAL ANUAL DE APOIO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos da Informação/Proposta n.º 107/GAP – Gabinete de Apoio ao Presidente, datada de 3 de maio de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, que o valor global anual referente ao ano de 2019 de apoio de materiais de construção, excluindo areão, para obras de conservação e manutenção, assim como para a utilização e fruição dos Autocarros da Câmara Municipal (artigo 5º) e os pedidos de cartazes e flyers (artigo 6.º) para as atividades das freguesias seja de 60.000,00 € (sessenta mil euros), com a seguinte distribuição pelas freguesias:

- a) Oliveira do Bairro – 14.500,00 € (catorze mil e quinhentos euros),
- b) Oíã – 18.000,00 € (dezoito mil euros),
- c) Palhaça – 9.000,00 € (nove mil euros)
- d) União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa – 18.500,00 € (dezoito mil e quinhentos euros).

PONTO 8 - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 38/2019 APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – ORÇAMENTO DO ESPAÇO MUDANÇA PARA 2019 NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ENTRE A AUTARQUIA E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara para a apresentação do Ponto e o Vereador António Mota.

O **Presidente da Câmara**, informou que tinha sido feita uma avaliação com a Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente dos resultados e dos custos, tendo sido apresentado um relatório pela Santa Casa que ia ao encontro do valor que a Câmara Municipal comparticipa, no âmbito do protocolo.

O **Vereador António Mota**, disse que gostaria que o Presidente facultasse o relatório que tinha referido, da Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente no que diz respeito à questão financeira. ...

O Presidente da Câmara, referiu que para além do centro de custos, que iria disponibilizar.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Orçamento do “Espaço



Oliveira do Bairro câmara municipal

Mudança” para o ano 2019, no montante de 79.080,60 € (setenta e nove mil e oitenta euros e sessenta cêntimos), no âmbito do protocolo entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira do Bairro, nos termos da informação/Proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro datada de 6 de maio de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – PROPOSTA DE ADESÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E VILAS DE CERÂMICA - APTCVC.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara para a apresentação do Ponto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores Fernando Silva e António Mota.

O **Presidente da Câmara**, recordou que o presente ponto já tinha sido falado numa reunião de Câmara, em que o assunto tinha sido levantado pelo Vereador Fernando Silva.

Estava agora presente a adesão do Município a referida Associação.

O **Vereador Fernando Silva**, congratulou-se com o facto de esta adesão vir ao presente órgão, mas pensou que a proposta fosse feita de forma diferente, tendo ficado muito aquém do que esperava. ...

Recordou que a cerâmica estrutural tinha começado praticamente no Concelho de Oliveira do Bairro, propondo que o Presidente da Câmara atrasasse a presente votação mais uma semana, e propusesse que a vila de Bustos viesse também a integrar a rede, porque o que era mais visível da cerâmica no Concelhos, eram os lugares onde o barro tinha sido extraído, sendo considerado dos melhores barros para a cerâmica.

Acrescentou que com esta adesão, iria haver possibilidade de candidaturas para recuperação com interesse de valor patrimonial, que era um dos objetivos da Associação a valorização do património.

Disse que ficava bem ao Presidente da Câmara, juntamente com a adesão de Oliveira do Bairro, fazer uma carta para documentar toda a história do início da cerâmica estrutural.

Apresentou uma proposta para que fosse apresentada, em simultâneo, para que a vila de Bustos fizesse também parte da rede, pelo património existente e que poderia ser objeto de apoios para a sua valorização.

O **Vereador António Mota**, na descrição da Associação era referido que a mesma tinha sido criada a dezassete de abril do ano de 2018, dizendo que pretendia que se fizesse a relação da criação da Associação, com o que tinha sido dito na última Reunião de Câmara, sobre o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que no mandato anterior, enquanto Vereador da oposição, tinha questionado duas vezes o atual Presidente da Câmara, sobre a Associação. A primeiro quando leu a notícia na imprensa, a dar nota da criação da Associação e o convite que tinha sido feito aos Municípios, na segunda vez quando em conversa com um Vereador de outro Município, e as respostas obtidas, das duas vezes, foi que Oliveira do Bairro não tinha sido convidado.



Oliveira do Bairro câmara municipal

A questão da data referida pelo Vereador António Mota, é a data em que foi feita a escritura dos estatutos, sem prejuízo da realização de várias reuniões anteriores entre os Municípios que aderiram, logo o processo começou muito antes da data apresentada.

O **Presidente da Câmara**, no que toca às propostas apresentadas pelo Vereador Fernando Silva, esclareceu que a interpretação tida, é que o Município aderindo, todo o seu território estava incluído, no entanto se existir alguma especificidade, iria mandar analisar e se existir também se estava a tempo de acrescentar ser acrescentado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Subscriver a proposta de adesão, por parte do Município de Oliveira do Bairro, à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica – APTCVC, ao abrigo do disposto nas alíneas s) e t), do número 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, nas condições constantes nos estatutos da referida Associação, em anexo à Informação|Proposta apresentada pela Vereadora do Pelouro, datada de 3 de maio de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea u), do número 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 35/2019 APRESENTADA PELA UNIDADE ORGÂNICA DE 2.º GRAU DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – ACADEMIA DE VERÃO OLB 2019.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Unanimidade, autorizar o proposto na Informação n.º 35/2019 apresentada pela Unidade Orgânica de 2.º Grau de Educação, Saúde, Ação Social e Idade Maior, datada de 3 de maio de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 34/2019 APRESENTADA PELO SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E IDADE MAIOR – INDICAÇÃO DO COORDENADOR TÉCNICO DO PROGRAMA CLDS-4G (CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 4ª GERAÇÃO).

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara para a apresentação do Ponto, o Vice-Presidente da Câmara e o Vereador Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o presente ponto era uma consequência de uma série de trabalhos que tinham sido desenvolvidos no âmbito do desenvolvimento local, consequência dos incêndios e de tudo o que com eles está relacionado.

Informou que no âmbito do programa CLDS tinha que se pronunciar sobre o técnico que venha a ser indicado para estar à frente do projeto e nesse sentido o Município reuniu com a Santa casa da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Misericórdia, foram avaliados os currículos indicados para a função em causa e em função disso e da ata, anexa à informação, foi indicada a técnica que consta na informação.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que não seria o curriculum da pessoa que estava em causa, porque desde que cumprisse os requisitos, não havia problema.

Recordou que sempre tinha sido contra, que o referido programa fosse entregue a uma Associação da cidade de Oliveira do Bairro, uma vez que os incêndios tinham acontecido na zona poente do Concelho.

Referiu que mais importante que o técnico, era o projeto e gostaria de ouvir pelo próprio técnico que ia estar à frente do mesmo, talvez na próxima reunião de Câmara, em que é que consistia o projeto, o que iria ser feito.

Disse saber que se iria receber uma verba de cerca de quatrocentos mil euros, ao longo de dois anos e tinha receio que as pessoas que tiveram os prejuízos a poente, daqui a três anos são capazes de não saber quem era a técnica.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a seleção da técnica, era um primeiro passo, que agora teria que seguir uma série de procedimentos até que a técnica seja efetivamente colocada em funções e daí não poder cumprir com o solicitado pelo Vereador Fernando Silva de imediato, mas logo que fosse possível trazer ao presente órgão, um relatório para que possa ser conhecido o trabalho que se pretendia desenvolver.

Deu conhecimento que a Vereadora Lília Ana Água e os técnicos da área social da Câmara Municipal, tinham reunido com os técnicos das IPSS,s da zona afetada pelos incêndios, onde puderam interagir e intervir, não obstante de a direção técnica estar sediada na Santa Casa da Misericórdia, mas a envolvimento é total de forma a se conseguirem atingir os objetivos da candidatura.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que nada tinha contra ao que tinha sido apresentado, mas na sua opinião antes de se apresentar a contratação de alguém para determinada área, se devia apresentar o que era necessário fazer numa determinada área e explicar que era necessário contratar alguém para desempenhar essas funções.

Acrescentou que antes de contratar alguém tem que estar muito bem definido aquilo que é pretendido que aquela pessoa faça, e tem que haver critérios de medição do trabalho desempenhado, porque sem medição não se consegue gerir. Lembrou que tinha solicitado ao Vice-Presidente o tempo que demora a ser aprovado um projeto, desde que entra o pedido na Câmara Municipal, porque sem objetivos não se chegava a lado nenhum.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente à questão levantada, deu nota que tinha recebido uma informação dos serviços de informática, mas a melhoria tinha sido tão grande que suspeitou e solicitou que se fizesse novamente o levantamento dos dados que depois traria ao presente órgão.

O **Presidente da Câmara**, informou que os objetivos estavam bem definidos na candidatura e



Oliveira do Bairro câmara municipal

acreditava que dentro em breve a pessoa seria apresentada ao presente órgão, sendo também trazido nessa altura um relatório para que os Vereadores tenham conhecimento dos princípios norteadores do projeto.....

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que não iria ser uma tarefa fácil para a técnica, porque do que tinha visto da informação, 95% das verbas eram para vencimentos.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Unanimidade, aprovar a Informação/Proposta n.º 34/2019 apresentada pelo Serviço de Ação Social e Idade Maior, datada de 3 de maio de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 12 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 3.2019|DOM - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO “P04 -REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DOS BOMBEIROS E RUA ANTÓNIO OLIVEIRA E ROCHA – ÁREA INTERVENÇÃO 02 (POENTE)” NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)......

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos da Informação Técnica n.º 3.2019|DOM datada de 3 de maio de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte;

- 1.º - Proceder à Abertura de Concurso Público, para a Empreitada “P04 – Requalificação do Espaço Público da Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha” no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), pelo preço base de 622.750,00 € (seiscentos e vinte e dois mil e setecentos e cinquenta euros) + IVA;
- 2.º - Aprovar as peças do procedimento;
- 3.º - Designar como Gestora do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução a Eng.ª Catarina Cosme, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP;
- 4.º - Designar os elementos do Júri do Procedimento, conforme proposto na sobredita Informação Técnica.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 4.2019|DOM - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO “P05 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA DR. ALBERTO TAVARES DE CASTRO E LIGAÇÃO À RUA MANUEL SIMÕES BARATA” NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA (PARU)

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação Técnica n.º 4.2019|DOM datada de 3 de maio de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte:

- 1.º - Proceder à Abertura de Concurso Público, para a Empreitada “P05 – Requalificação do Espaço Público da Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e ligação à Rua Manuel Simões Barata”, no âmbito do



Oliveira do Bairro câmara municipal

Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), pelo preço base de 1.375.000,00 € (um milhão e trezentos e setenta e cinco mil euros) + IVA;.....

2.º - Aprovar as peças do procedimento;.....

3.º - Designar como Gestora do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução a Eng.ª Catarina Cosme, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP;.....

4.º - Designar os elementos do Júri do Procedimento, conforme proposto na sobredita Informação Técnica.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 54/2019 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE CAIXA......

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um fundo de caixa no montante de 25,00 € (vinte e cinco euros) à trabalhadora Dora Rute Ribas Santos, para o desempenho das suas funções no Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, nos termos da Informação/Proposta 54/2019 da Divisão de História, Cultura, Turismo Desporto e Juventude, datada de 23 de abril de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 53/2019 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DPO BAIRRO, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “FESTA DE FINALISTAS DO 9.º ANO”, NO DIA 05 DE JUNHO......

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 5 de junho de 2019 ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, para efeitos de realização do evento “Festa de Finalista do 9.º Ano”, nos termos da Informação/Proposta n.º 53/2019 da Divisão de História, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude datada de 23 de abril de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 16 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 57/2019 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA – IEC, PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “ENTREGA DE CERTIFICADOS DOS CURSOS AVANÇADOS DO IEC”, NO DIA 22 DE JUNHO......

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 22 de junho de 2019 ao Instituto de Educação e Cidadania



Oliveira do Bairro câmara municipal

- IEC, para efeitos de realização do evento “Entrega de Certificados dos Cursos Avançados do IEC”, nos termos da Informação/Proposta n.º 57/2019 da Divisão de História, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude datada de 30 de abril de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 17 – E-MAIL DA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 25 DE MAIO DE 2019, PARA EFEITOS DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS POR PARTE DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE OIÃ.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência à Comissão de Melhoramentos de Oiã, do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 25 de maio de 2019, para efeitos de Angariação de Fundos.

PONTO 18 – E-MAIL DA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 11 DE MAIO DE 2019, PARA EFEITOS DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS POR PARTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA 2.º E 3.º CICLOS - APECEBOL.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência à Associação de Pais da Escola 2.º e 3.º Ciclos de Oliveira do Bairro - APECEBOL, do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 11 de maio de 2019, para efeitos de Angariação de Fundos.

PONTO 19 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE 40 GRADES E TRÊS BARRACAS, PELA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE OIÃ, PARA OS DIAS 9 E 10 DE JUNHO, PARA REALIZAÇÃO DE TORNEIO DE FUTEBOL JUVENIL.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência à Associação Desportiva de Oiã, de 40 grades e 3 barracas, nos dias 9 e 10 de junho de 2019, para apoio à realização de Torneio de Futebol Juvenil.

PONTO 20 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE PROJETO, TELA E PÚLPITO, PARA O DIA 4 DE MAIO, PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DO BAILE DE FINALISTAS – RATIFICAÇÃO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de abril de 2019, em que aprovou a cedência de projeto, tela e púlpito, ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, para apoio ao Baile de Finalistas que se realizou no dia 4 de maio.



Oliveira do Bairro câmara municipal

PONTO 21 – DESPACHO N.º 176 – MANDATO 2017/2019 DO PRESIDENTE DA CÂMARA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS – RATIFICAÇÃO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara para a apresentação do Ponto, e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o prazo de candidaturas aos apoios da estrutura das Associações terminava no passado dia três de maio e atendendo que tinha havido Associações que tinham feito chegar as suas preocupações, porque não conseguiam em tempo útil, realizar assembleias por diversas razões, tinha sido decidido por si, prorrogar até ao dia trinta e um de maio as referidas candidaturas.

Informou que até ao dia três de maio foram recebidas cinquenta e oito candidaturas, do dia três até à presente data foram recebidas mais sete candidaturas, aguardando a realização das suas reuniões para a entrega da documentação, quatro associações.

O **Vereador António Mota**, referiu que na presença de vária documentação se o Presidente da Câmara já conseguia dizer qual era a previsão, em matéria de investimento, para o movimento associativo, referindo-se a obras.

O **Vereador Fernando Silva**, disse não se opor quanto à prorrogação do prazo, mas tinha ficado surpreendido porque a prorrogação era o benefício do infrator. Acrescentou que 80% das Associações tinham cumprido com os prazos, achando que esses deveriam ser compensados.

Sugeriu que na vez de se prorrogar o prazo se deveria pensar em dois ou três períodos de entrega da documentação, e quem apresentasse até ao final do primeiro período estipulado, recebia 100% do apoio devido, quem apresentasse depois disso iriam sendo descontada uma percentagem.

O **Presidente da Câmara**, agradeceu a sugestão deixada pelo Vereador Fernando Silva.

Relativamente à questão levantada pelo Vereador António Mota, disse que ainda não tinha havido de analisar todos os pormenores, uma vez que no dia três, último dia de entrega, tinham chegado tinha chegado muita documentação e por isso não tinha havido ainda tempo útil para analisar todos os pormenores.

Acrescentou que se estava a falar de custos de estrutura, que não estavam relacionados com os investimentos porque esses têm candidaturas à parte, que têm vindo a ser entregues durante o ano. Referiu que o grosso dessas candidaturas estavam relacionadas com a aquisição de viaturas e assim que tivesse mais dados faria chegar a informação ao presente órgão.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de maio de 2019, em que aprovou a prorrogação do prazo para apresentação de candidaturas às Medidas de “Apoio ao Desenvolvimento Associativo Geral” e “Apoio Social” do PAAOB, para o ano de 2019 até às 16h:00 do dia 31 de maio.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 22 – DESPACHO N.º 177 – MANDATO 2017/2019 DO PRESIDENTE DA CÂMARA –
ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE MAIO
– PARA CONHECIMENTO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 177 Mandato
2017/2021 do Presidente da Câmara referente à alteração da data de realização da segunda reunião
ordinária do mês de maio, para o dia 29 de maio.
.....

.....
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao
dia **08 de maio** do ano **de 2019**, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **1.119.632 Euros e 51 Cêntimos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **725.383 Euros e 75 Cêntimos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **1.845.016 Euros e 26 Cêntimos**
.....
.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram
dezasseis horas e vinte e seis minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos
do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente
Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim,
Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o
desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Susana Maria da Silva Martins



Oliveira do Bairro câmara municipal

Jéssica Iolanda Amorim Lourenço

António Augusto Marques Mota

Maria Helena Simões da Rocha Soares

Fernando José Martins da Silva